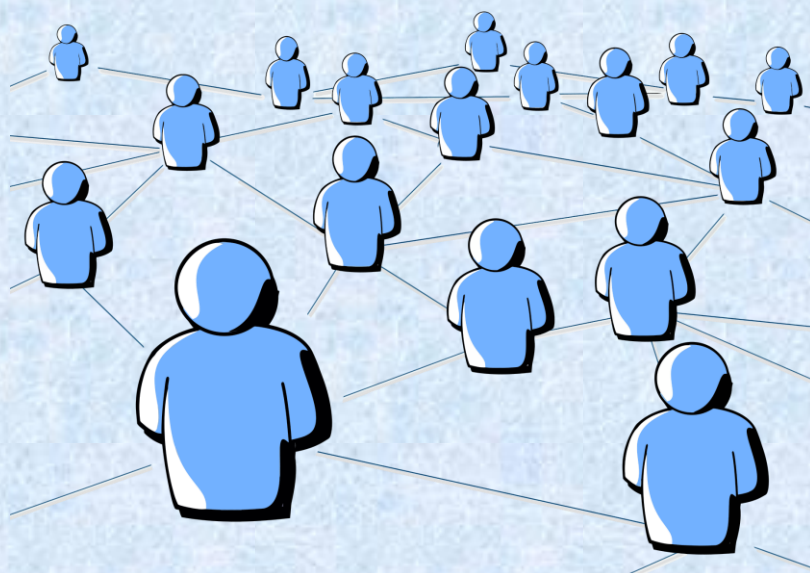


**UNIVERSIDADE DE UBERABA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO:
FORMAÇÃO DOCENTE PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA
MESTRADO PROFISSIONAL**

WESLEY MENDONÇA ALVES

**COMUNIDADE DE INVESTIGAÇÃO E COMUNICAÇÃO DE
CONHECIMENTOS COM FOCO NA FORMAÇÃO CONTINUADA COM
DOCENTES DE EDUCAÇÃO FÍSICA SOBRE INCLUSÃO ESCOLAR DOS
ESTUDANTES COM DIREITO À EDUCAÇÃO ESPECIAL, NAS AULAS DE
EDUCAÇÃO FÍSICA: UM PONTO DA REDE COOPERATIVA DE ENSINO,
PESQUISA E EXTENSÃO EM ESCOLAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA- RECEPE**



**UBERLÂNDIA – MG
2024**

Wesley Mendonça Alves

**COMUNIDADE DE INVESTIGAÇÃO E COMUNICAÇÃO DE
CONHECIMENTOS COM FOCO NA FORMAÇÃO CONTINUADA COM
DOCENTES DE EDUCAÇÃO FÍSICA SOBRE INCLUSÃO ESCOLAR DOS
ESTUDANTES COM DIREITO À EDUCAÇÃO ESPECIAL, NAS AULAS DE
EDUCAÇÃO FÍSICA: UM PONTO DA REDE COOPERATIVA DE ENSINO,
PESQUISA E EXTENSÃO EM ESCOLAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA- RECEPE**

Produto educacional apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação: Formação docente para a Educação Básica da Universidade de Uberaba, curso de Mestrado Profissional, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Professora Dr^a. Gercina Santana Novais.

Linha de Pesquisa: Práticas Docentes para a Educação Básica.

**UBERLÂNDIA – MG
2024**

Catálogo elaborado pelo Setor de Referência da Biblioteca Central UNIUBE

A87c Alves, Wesley Mendonça.
Comunidade de investigação e comunidade de conhecimentos com foco na formação continuada com docentes de educação física sobre inclusão escolar dos estudantes com direito à educação especial, nas aulas de educação física: um ponto da Rede Cooperativa de Ensino, Pesquisa e Extensão em escolas de educação básica – RECEPE / Wesley Mendonça Alves. – Uberlândia (MG), 2024.
21 p. : il., color.

Este produto foi produzido a partir da dissertação “A inclusão escolar de estudantes com direito à educação especial nas aulas de educação física de uma escola da rede estadual pública de ensino em Montes Claros-MG” e apresentado ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação – Mestrado pela Universidade de Uberaba – UNIUBE, sob a orientação da Profa. Dra. Gercina Santana Novais.

Inclui bibliografia.

1. Inclusão em educação. 2. Educação especial. 3. Formação continuada. 4. Educação física. I. Novais, Gercina Santana. II. Universidade de Uberaba. Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação – Mestrado. III. Título.

CDD 371.9046

Trabalho desenvolvido com o apoio da SEE/MG, no âmbito do Projeto de Formação Continuada e Desenvolvimento Profissional dos Servidores da Educação do Estado de Minas Gerais, Trilhas de Futuro - Educadores, nos termos da Resolução SEE N° 4.707, de 17 de fevereiro de 2022.

O diferente é o outro, e o reconhecimento da diferença é a consciência da alteridade: a descoberta do sentimento que se arma dos símbolos da cultura para dizer que nem tudo é o que eu sou e nem todos são como eu [...] (Brandão, 1986, p.7).

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	6
1 INTRODUÇÃO	7
2 METODOLOGIA DE TRABALHO DA COMUNIDADE DE INVESTIGAÇÃO E COMUNICAÇÃO DE CONHECIMENTOS	12
3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA	16
CRONOGRAMA	18
ORÇAMENTO	19
REFERÊNCIAS	20

APRESENTAÇÃO

Eu sou um homem de causas, vivi sempre pregando e lutando como um cruzado por causas que me comovem (Darcy Ribeiro).

O que vamos narrar neste texto decorre do processo de problematização da experiência do tipo de participação dos estudantes com direito à educação especial, dos resultados da pesquisa fomentada por essa problematização e da compreensão de que a inclusão escolar demanda formação com pesquisa e ações coletivas. Por conseguinte, descreveremos um processo formativo investigativo, a Criação da Comunidade de Investigação e Comunicação de conhecimento.

A referida Comunidade constitui como um produto educacional desenvolvido para o *Programa Trilhas de Futuro Educadores* - Mestrado Profissional em Educação: Formação Docente para a Educação Básica, oferecido pela Universidade de Uberaba em parceria com a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, para que de forma gratuita, possa contribuir para a formação-investigação emancipadora e o desenvolvimento profissional coletivo e solidário dos membros participantes da referida Comunidade sobre inclusão escolar de estudantes com direito à educação especial nas aulas de educação física.

A Comunidade de Investigação e Comunicação de Conhecimento é um dos pontos da Rede Cooperativa de Ensino, Pesquisa e Extensão - RECEPE.

Boa leitura!

1 INTRODUÇÃO

A inclusão acontece quando se aprende com as diferenças e não com a igualdade (Freire, 1998, p.108).

No Brasil, a tentativa de inclusão das pessoas com deficiência na rede regular de ensino teve início na década de 1990, marcada por histórias de lutas e conquistas por uma educação que respeite e valorize a diversidade, cujas teorias e práticas pedagógicas devem ser estruturadas pela valorização das diferenças humanas e pela recusa de qualquer tipo de preconceito e discriminação.

Nessa direção, Esteban (2007) evidencia a necessidade de compreendermos as articulações que a escola pública estabelece com as classes populares, no sentido de garantir a presença de todos os grupos subalternizados. Argumenta que:

Os procedimentos implementados dirigem-se especialmente aos sujeitos das classes populares, uma vez que são eles que constituem fundamentalmente a escola pública e vêm sendo historicamente excluídos da educação escolar (Esteban, 2007, p.10).

Dessa forma, o compromisso da escola pública com a educação popular¹ fomenta reflexões sobre a face democrática e a valorização dos movimentos históricos de emancipação humana, dentre eles o movimento pela inclusão das pessoas com deficiência, que historicamente ficaram à margem da sociedade. Esses movimentos tinham como finalidade a luta pelo acesso, pela permanência e pela conclusão com qualidade nos estudos.

Nesse contexto, Novais (2005) esclarece que para melhorar a qualidade do ensino, é necessário trabalhar com as diferenças humanas, presentes nas salas de aula, é preciso enfrentar os desafios da inclusão escolar, sem fugir da reflexão sobre os processos de produção da exclusão no interior das unidades escolares.

¹ Educação popular constitui “uma teoria, não apenas de educação, mas das relações que, considerando-a a partir da cultura, estabelecem novas articulações entre a sua prática e um trabalho político progressivamente popular das trocas entre o homem e a sociedade, e de condições de transformação das estruturas opressoras desta pelo trabalho libertador daquele”. Uma prática pedagógica no encontro entre educadores e educandos e educandos e educadores, rompendo com o saber “dominante”. Uma nova educação libertadora, através do trabalho do/com o povo sobre ela (Brandão, 2006, p.46-47).

Munster e Alves (2018) definem contornos para a educação inclusiva, e essa definição evidencia, no processo de inclusão, a título de ilustração, o reconhecimento político das diferenças, o que nos permite ampliar a compreensão e a intervenção coletiva emancipadora no campo da educação inclusiva. Assim, para esses autores a educação inclusiva é:

um processo de reorganização do sistema educacional e dos ambientes de ensino e aprendizagem, abrangendo de forma colaborativa todos os agentes envolvidos na comunidade escolar, visando efetivar a equiparação de oportunidades educacionais orientadas pelos princípios de respeito à diversidade, aceitação e reconhecimento político das diferenças (Munster; Alves, 2018, p. 172).

O acolhimento dessa perspectiva de educação inclusiva nos auxiliou a retomar e a analisar elaborações de Mantoan e Lanuti (2022), no âmbito escolar, quando afirmam que este é um conceito que está relacionado com o acesso e à permanência dos alunos nas escolas, seja ele uma pessoa com deficiência ou não, acrescentando nesse debate as relações de poder desiguais instituídas e o reconhecimento político das diferenças. Rememorando que o principal objetivo da educação inclusiva, para Mantoan e Lanuti, é tornar a educação acessível a todos, de modo que a sociedade respeite suas diferenças, particularidades e especificidades.

Contudo, observando o cotidiano escolar, nos deparamos com muitos estudantes com deficiência excluídos ou com poucas participações nas aulas de Educação Física, mesmo sendo um componente curricular obrigatório para todos os alunos (Walter, 2020; Munster; Alves, 2018) e, ainda, com os frequentes relatos dos professores quanto ao despreparo para atuarem na perspectiva da educação inclusiva (Fiorini; Manzini, 2016, Munster; Alves, 2018).

Tendo em vista o exposto, a opção foi por desenvolver uma pesquisa, com abordagem qualitativa, contemplando revisão bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo, intitulada “A inclusão escolar de estudantes com direito à educação especial nas aulas de educação física de uma escola da rede estadual pública de ensino em Montes Claros-MG”. Por conseguinte, essa pesquisa insere-se num campo de atuação voltado para compreensão das dificuldades e dos desafios dos professores de Educação Física para a inclusão dos estudantes com direito à educação especial, ancorado em teorias, narrativas desses professores e legislações, comprometido com a construção da

escola pública, democrática, popular, estruturada pelo acolhimento e pela valorização da diversidade humana. Assim, são objetivos da referida pesquisa:

Objetivo Geral: identificar e analisar as dificuldades e os desafios encontrados pelos professores de Educação Física dos anos finais do ensino fundamental de uma Escola da Rede Estadual de Montes Claros-MG, para desenvolverem suas aulas de maneira a favorecer a inclusão escolar dos estudantes com direito à educação especial.

Objetivos Específicos:

- identificar quais são os conhecimentos dos professores de educação física sobre a educação física adaptada como prática pedagógica no ensino fundamental.

- verificar a percepção dos professores de Educação Física sobre o atendimento aos estudantes com direito à Educação Especial.

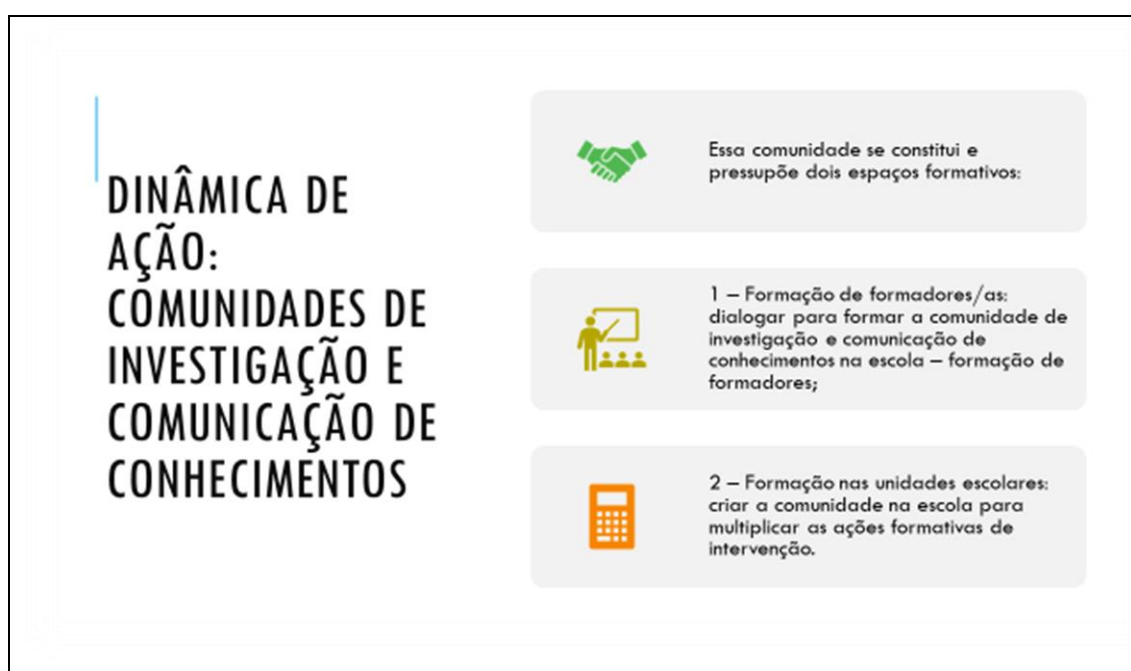
- analisar como a proposta da Base Nacional Comum Curricular – BNCC, o Currículo Referência de Minas Gerais – CRMG e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva contribuem para efetivação do ensino inclusivo nas aulas de educação física.

O estudo revelou que as dificuldades encontradas pelos professores de Educação Física para desenvolverem aulas inclusivas para os estudantes com direito à Educação Especial tem sua origem no processo de formação inicial, seguido pela ausência de uma política de formação continuada. E, apesar dos professores reconhecerem os direitos assegurados aos estudantes com direito à educação especial de participarem das aulas com todos os alunos, constatou-se que eles ainda continuam excluídos das atividades práticas, por não saberem quais atividades desenvolverem, para que todos aprendam juntos. Mostrou, ainda, que nos documentos estudados não consta uma proposta curricular que contemple temas e objetos de conhecimento que consideram a Educação Especial ou a Educação Física Adaptada, como algo a ser trabalhado na prática pelos professores, o que contribui para o afastamento da sua inserção nas propostas pedagógicas da escola, evidenciando somente o direito e não o quê e o como fazer, distanciando o professor do diálogo com seus pares sobre a construção de uma aula inclusiva.

A partir dos resultados do estudo, foi criada no lócus da pesquisa, uma Escola da Rede Estadual de Ensino de Montes Claros-MG, a **Comunidade de Investigação e Comunicação de Conhecimentos** com foco na Formação Continuada com docentes de Educação Física sobre inclusão escolar, aulas de educação física e estudantes com direito à educação especial.

Essa comunidade é vinculada ao Grupo de Pesquisa em Formação Docente, Direito de Aprender e Práticas Pedagógicas/Projeto Guarda-chuva, intitulado “Pesquisa, Formação e Intervenção na Educação: estudos em contextos educativos escolares e não escolares”, ao projeto Educação na Diversidade para a Cidadania: um estudo de processos educativos e formativos escolares e não escolares e à Rede Cooperativa de Ensino, Pesquisa e Extensão em Escolas de Educação Básica – RECEPE². É importante esclarecer que no conjunto de ações da RECEPE consta a criação de Comunidades, como mostramos a seguir:

Figura 1: Dinâmica de Ação: Comunidades de Investigação e Comunicação de Conhecimento



Fonte: Projeto RECEPE/ 2022

Os objetivos da Comunidade de Investigação e Comunicação de Conhecimento³ são:

- ✚ propor ações de formação continuada para os professores de Educação Física da unidade pesquisada, tomando como base as reflexões advindas da pesquisa, em prol de contribuir para minimizar as dificuldades e os desafios encontradas por

² Sou membro da RECEPE. Disponível em: <https://www.projetoedecooperativa.com/> Acesso em: 08 abr. 2024.

³ A comunidade de Investigação e Comunicação de conhecimento constitui um produto educacional desenvolvido para o *Programa Trilhas de Futuro Educadores*³/ Mestrado Profissional em Educação: Formação Docente para a Educação Básica, oferecido pela Universidade de Uberaba em parceria com a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais.

esses docentes para desenvolverem aulas inclusivas e evitem a exclusão dos que estão na escola;

- ✚ promover discussões de temas específicos que abordem a inclusão escolar, educação especial e educação física adaptada;
- ✚ desenvolver o trabalho colaborativo dentro do contexto escolar, incentivando o diálogo e o compartilhamento de conhecimentos dos profissionais da escola;
- ✚ sistematizar e publicar experiências de professores(as) de educação física, vinculadas à inclusão escolar;
- ✚ criar com os(as) educadores(as) materiais de apoio às ações educativas inclusivas.

Além desses objetivos, propõe-se a promoção de discussões de temas indicados por participantes da referida comunidade, vinculados à formação continuada e à educação especial, envolvendo os professores de educação física, a direção, o serviço pedagógico e os profissionais do atendimento educacional especializado da escola.

Dessa forma, a comunidade fortalece a rede de ensino e de pesquisa, aproximando a Universidade de Uberaba-UNIUBE da escola de Educação Básica, por meio de espaços de diálogo, de reflexão e de proposições para que os agentes transformadores possam dialogar e construir um ambiente que respeite e valorize a diversidade dentro da unidade escolar e, portanto, a inclusão escolar.

A comunidade servirá como referência sobre a temática apresentada/discutida, e também como possibilidade de produção de conhecimento para a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, incentivando outras unidades educacionais a ampliarem em seus contextos as discussões sobre Educação Física, inclusão e os direitos dos estudantes da educação especial, promovendo uma educação democrática, transformadora e de qualidade para todos os alunos.

2 METODOLOGIA DE TRABALHO DA COMUNIDADE DE INVESTIGAÇÃO E COMUNICAÇÃO DE CONHECIMENTOS

[...] O espaço do educador democrático,
que aprende a falar escutando,
e cortado pelo silêncio de quem, falando,
cala para escutar o outro a quem,
silencioso, e não silenciado, fala (Freire, 1996, p.60)

A Comunidade de Investigação e Comunicação de Conhecimento será desenvolvida na instituição educacional, local da pesquisa mencionada anteriormente, envolvendo os professores de educação física, direção, serviço pedagógico e profissionais do atendimento Educacional especializado da escola, como uma ação de formação docente e intervenção coletiva continuada, que objetiva integrar conhecimentos e elaborar coletivamente proposições para compreender e para superar dificuldades sobre inclusão e educação especial, a partir de uma realidade concreta experimentada em suas práticas.

Essa comunidade é vinculada ao Grupo de Pesquisa em Formação Docente, Direito de Aprender e Práticas Pedagógicas/Projeto Guarda-chuva, intitulado “Pesquisa, Formação e Intervenção na Educação: estudos em contextos educativos escolares e não escolares”, ao projeto Educação na Diversidade para a Cidadania: um estudo de processos educativos e formativos escolares e não escolares e à Rede Cooperativa de Ensino, Pesquisa e Extensão em Escolas de Educação Básica – RECEPE.

As discussões acontecerão por meio de Rodas de Conversa consideradas uma estratégia política libertadora, que favorece a emancipação humana, política e social de coletivos historicamente excluídos. Em conformidade com a pedagogia emancipadora do educador Paulo Freire, a qual favorece a liberdade dos participantes do grupo em um movimento reflexivo e permite ao sujeito se descobrir construtor de sua própria história. Para Freire (1996), as Rodas de Conversas possibilitam encontros dialógicos, criando possibilidades de produção e de ressignificação da realidade para os participantes.

Certa vez, numa escola da rede municipal de São Paulo, que realizava uma reunião de quatro dias com professores e professoras de dez escolas da área para planejar em comum suas atividades pedagógicas, visitei uma sala em que se expunham fotografias da redondeza da escola [...] Um pouco atrás de mim dois professores faziam comentários em torno do que lhes tocava mais de perto. De repente, um deles afirmou: “Há dez anos ensino nesta escola. Jamais conheci nada de sua redondeza além das ruas que lhe dão acesso [...]. Como ensinar, como

formar sem estar aberto ao contorno geográfico, social, dos educandos? (Freire, 1987, p.70).

A escolha da **Roda de Conversa** como estratégia metodológica para a comunidade investigativa se baseia nos pressupostos de Novais, Novais (2009) e Nascimento, Silva (2009). Cabe destacarmos que a Roda de Conversa:

consiste em um método de participação coletiva de debates acerca de uma temática através da criação de espaços de diálogo, nos quais os sujeitos podem se expressar e, sobretudo, escutar os outros e a si mesmo. Tem como principal objetivo motivar a construção da autonomia dos sujeitos por meio da problematização, da socialização de saberes e da reflexão voltada para a ação. Envolve, portanto, um conjunto de trocas de experiências, conversas, discussão e divulgação de conhecimentos entre os envolvidos nesta metodologia (Nascimento; Silva, 2009, p. 01).

A organização, o desenvolvimento e a avaliação das Rodas de Conversa serão feitos com os(as) participantes da Comunidade, elegendo as temáticas, o cronograma e as escolhas de materiais de apoio (textos, filmes, podcast, documentários, jogos etc.). Serão feitos registros das Rodas de Conversa (escritos e fotográficos), que serão lidos e discutidos nas Rodas de Conversa com a participação de todos.

Desta forma, a intenção é a de mobilizar e de sensibilizar os profissionais da escola para participação na Comunidade, por meio de Rodas de Conversa, na perspectiva Freiriana (1996), visando a educação transformadora, que respeite os saberes dos educandos, que rejeite qualquer forma de discriminação, que tome consciência do inacabamento do ser humano e reconheça que, ensinar exige saber escutar e ter espaço para o diálogo.

Perante a essa questão, Novais (2019) destaca a importância sobre ensino e pesquisa na educação básica, contrapondo a educação bancária⁴, e contribuindo para uma educação democrática, autônoma, inclusiva, diversa e gratuita. Alerta que:

Denunciar e anunciar exigem reflexão, produção coletiva e comunicação de conhecimento acerca das experiências no campo da educação bancária, desvelando possibilidade de outras histórias da educação (Novais, p.16, 2019).

⁴ A educação se torna um ato de depositar em que os educandos são os depositários e o educador o depositante. Em lugar de comunicar-se, o educando faz “comunicados” e depósitos, meras incidências, recebem pacientemente, memorizam e repetem (Freire, 1987, p.37).

Nesse contexto, a Comunidade de Investigação e Comunicação de Conhecimentos objetivando a produção e partilha de conhecimentos sobre a educação como direito fundamental, concepções de inclusão escolar e práticas inclusivas, contribuirá para uma educação humanizada e libertadora.

Serão disponibilizados referenciais importantes para serem utilizados pelos professores pesquisadores, como forma de incentivá-los a fomentarem discussões com a comunidade escolar, e, em especial, com seus pares, com vistas a ampliação dos conhecimentos sobre a educação física e o atendimento dos estudantes com direito à educação especial.

Na constituição, no desenvolvimento e na avaliação da comunidade, serão utilizados os seguintes procedimentos:

- 1- Solicitação de autorização da Secretaria de Estado de Educação-MG, para implantação da comunidade de Investigação na Escola estudada, sob a jurisdição da SER de Montes Claros - MG.
- 2- Apresentação e Cadastro dos profissionais interessados em participar da Comunidade.
- 3- Identificação junto aos profissionais cadastrados das demandas e dos temas para estudo pela Comunidade de Investigação e Comunicação de Conhecimentos.
- 4- Organização de um calendário e cronograma de estudo para realização das Rodas de Conversa.
- 5- Levantamento de referencial bibliográfico sobre os temas sugeridos.
- 6- Organização e realização das Rodas de Conversa, acolhendo as demandas formativas.
- 7- Criação com os(as) educadores(as) materiais de apoio às ações educativas inclusivas.
- 8- Registro, análise e publicação dos resultados do trabalho feito pela Comunidade de Investigação e Comunicação de Conhecimentos, considerando seus impactos na prática docente.

O funcionamento da comunidade se dará por meio de Rodas de Conversas, que serão desenvolvidas conforme datas previamente definidas em reunião democrática, será utilizada a plataforma do *Google-Meet* como espaço de debate e de formação continuada, bem como encontros presenciais. Esses momentos acontecerão 1(uma) vez ao mês, com duração de 1 hora, permitindo 20 minutos além deste tempo. Caberá ao professor

coordenador, no caso, representado pelo propositor desta comunidade, criar a sala de reunião, e ser responsável pela articulação do grupo.

A comunidade de Investigação e Comunicação de Conhecimento será desenvolvida na instituição educacional, local da pesquisa, envolvendo os professores de educação física, direção, serviço pedagógico e profissionais do atendimento Educacional especializado da escola.

Na primeira Roda de Conversa terá como questões fomentadoras do diálogo: O que é Comunidade de Investigação e Comunicação de Conhecimentos? Quais são as regras de convivência? Quando ocorrerão as Rodas (local, dia, horário)? Serão registradas as narrativas dos participantes para definição dos temas para estudo e elaboração de cronograma de trabalho?

Por fim, a avaliação das atividades da comunidade se dará por meio de ferramentas digitais (*Google forms*, fotografias) e das narrativas escritas em espaço presencial dos participantes sobre as Rodas de Conversa.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

Inicialmente, é importante destacar que os resultados da pesquisa sobre as dificuldades e os desafios encontrados pelos professores de Educação física de uma escola pública revelaram “situações-limites⁵” (Freire, 1987), trazendo informações sobre problemas de formação inicial, falta de formação continuada, exclusão dentro do contexto escolar, pouca participação dos alunos da educação especial nas aulas de Educação Física, o que para enfrentar esta situação, como sugerido por Novais e Nunes (2019), foi proposto criar espaços coletivos para discussões e proposições sobre a temática, por meio de Rodas de Conversa.

As Rodas de Conversa evidenciam elementos da educação popular, por exemplo: o fortalecimento e a valorização da participação dos/as profissionais da educação na análise dos problemas identificados nas escolas e na elaboração coletiva de posições visando superá-los. E, ainda, a elaboração da política de formação continuada e em serviço, estruturada a partir da realidade concreta das unidades escolares (Novais; Nunes, 2019, p.79-80).

Em um dos seus estudos, Novais e Nunes (2019) descrevem as experiências acerca da construção coletiva de teorias e práticas favoráveis no desenvolvimento da educação básica pública, gratuita, democrática, gestada em rede e de qualidade social, a partir da realidade concreta dos estudantes e profissionais da educação e do entendimento sobre a relação entre ensino e pesquisa, utilizando das Rodas de Conversa como estratégia de sua pesquisa-ação.

Assim, ancorados nessas referências teóricas sobre Rodas de Conversa e educação emancipadora, foram ampliados e disponibilizados referenciais e achados importantes que podem ser utilizados pelos professores/participantes da comunidade como forma de incentivá-los a discutirem sobre temas do contexto escolar, com vistas a melhoria/desenvolvimento dos conhecimentos sobre Educação Física Adaptada, inclusão e direitos dos estudantes da educação especial.

Para Franco (2016), as práticas pedagógicas se organizam intencionalmente para atender a determinadas expectativas educacionais solicitadas por uma dada comunidade social, sendo práticas adotadas com intencionalidade, com vistas às transformações

⁵ As “situações-limites” se apresentam aos homens como se fossem determinantes históricas, esmagadoras, em face das quais não lhes cabe outras alternativas, senão adaptar-se (Paulo Freire, 1987, p.60).

sociais. Essas mudanças transformadoras, segundo Freire (1996), preocupam-se com a formação de sujeitos conscientes, críticos, esperançosos e autônomos. Nesse contexto, argumentamos a favor da adoção dos princípios da inclusão.

Os princípios da inclusão defendem a participação da pessoa com deficiência nos diversos contextos sociais, a partir da reestruturação da sociedade para atender as demandas desta população (Alves, Fiorini, 2018, p.3).

As transformações sociais, para Alves e Fiorini (2018), começam pela construção de uma escola para todos, ambientes acessíveis que favoreçam a inclusão, de maneira que acabe com as barreiras e os preconceitos impostos pela sociedade.

CRONOGRAMA

Atividades	Período	Responsáveis
1-Autorização da Secretaria de Estado de Educação-MG, para implantação da comunidade de Investigação na Escola estudada, sob a jurisdição da 22ª SRE;	xx/xx/xxxx à xx/xx/xxxx	Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais e Superintende de Ensino de Montes Claros-MG, e direção da escola
2-Apresentação e Cadastro dos profissionais interessados em participar da comunidade;	xx/xx/xxxx à xx/xx/xxxx	Professor proponente da Comunidade, Coordenador(es) da RECEPE
3-Identificação junto aos profissionais cadastrados das demandas e temas para estudo na comunidade de pesquisa;	xx/xx/xxxx à xx/xx/xxxx	Professor proponente da Comunidade, Coordenador(es) da RECEPE
4-Organização de um calendário e cronograma de estudo para realização das Rodas de Conversas;	xx/xx/xxxx à xx/xx/xxxx	Professor proponente da Comunidade, Coordenador(es) da RECEPE e Membros da Comunidade
5-Levantamento de referencial bibliográfico sobre os temas sugeridos;	xx/xx/xxxx à xx/xx/xxxx	Professor proponente da Comunidade, Coordenador(es) da RECEPE
6-Organização e realização das Rodas de Conversa sobre o tema “investigado”;	xx/xx/xxxx à xx/xx/xxxx	Professor proponente da Comunidade, Coordenador(es) do RECEPE
7- Criação com os/as educadores/as materiais de apoio às ações educativas inclusivas;	xx/xx/xxxx à xx/xx/xxxx	Professor proponente da Comunidade, Coordenador(es) da RECEPE, Membros da Comunidade
8- Registro e publicação dos resultados da investigação considerando seus impactos na prática docente dos participantes;	xx/xx/xxxx à xx/xx/xxxx	Professor proponente da Comunidade, Coordenador(es) da RECEPE, Membros da Comunidade
9-Avaliação das atividades da comunidade se dará preferencialmente por meio de ferramentas digitais (<i>Google forms</i> , fotografias), narrativas escritas dos participantes nos encontros.	xx/xx/xxxx à xx/xx/xxxx	Professor proponente da Comunidade, Coordenador(es) da RECEPE, Membros da Comunidade.

ORÇAMENTO

Nº	Produto	Quantidade	Valor Unitário	Total
01	Papel A4	3	R\$26,80	R\$80,40
02	Cartucho de Impressora	3	R\$85,00	R\$255,00
03	Canetas	20	R\$4,00	R\$80,00
04	Cartolina	20	R\$1,30	R\$26,00
05	Lápis de colorir	2cx	R\$45,78	R\$91,56
06	Régua	3	R\$3,500	R\$10,50
	Total			R\$542,96

Fonte: Recursos próprios

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Luíza Tanure; FIORINI, Maria Luiza Salzani. Como promover a inclusão nas aulas de educação física? A adaptação como caminho. **Rev. Assoc. Bras. Ativ. Mot. Adapt.**, Marília, v.19, n.1, p.03-16, jan./jun., 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.36311/2674-8681.2018.v19n1.01.p3>>. Acesso em: 04 jan. 2024.

BRANDÃO, C.R. **Identidade e Etnia**. S. Paulo, Ed. Brasiliense, 1986.

BRANDÃO, C. R. **O que é Educação Popular**. Coleção Primeiros 318 Passos. Editora Brasiliense. 2006. Disponível em: <<https://apartilhadavida.com.br/book/o-que-e-educacao-popular/>>. Acesso em: 23 de mai. 2024.

ESTEBAN, Maria Teresa. Educação popular: desafio à democratização da escola pública. **Cad CEDES** [Internet]. 2007 jan; 27(71):9–17. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-32622007000100002>>. Acesso em: 20 mar. 2024.

FIORINI, M. L. S., & MANZINI, E. J. (2016). Dificuldades e Sucessos de Professores de Educação Física em Relação à Inclusão Escolar. **Revista Brasileira De Educação Especial**, 22(1), 49–64, 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbee/a/9DgGGb7khDNxQX8CK7hrqGj/?lang=pt>>. Acesso em: 07 set. 2023.

FRANCO, M. A. do R. S. (2016). Prática pedagógica e docência: um olhar a partir da epistemologia do conceito. **Revista Brasileira De Estudos Pedagógicos**, 97(247), 534–551. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbeped/a/m6qBLvmHnCdrR7RQjJVSPzTq/?lang=pt>>. Acesso em: 03 de jun. 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 23 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática docente**. 33.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. O manuscrito. São Paulo: Instituto Paulo Freire/Uninove/BT Acadêmica, 2018. Projeto editorial, organização, revisão e textos introdutórios Jason Ferreira Mafra, José Eustáquio Romão, Moacir Gadotti.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. LANUTI, José Eduardo de Oliveira Evangelistas. **A escola que queremos para todos**. Curitiba: CRV, 2022

MUNSTER, Mey de Abreu Van; ALVES, Maria Luiza Tereza. Educação Física e Inclusão de Estudantes com Deficiência no Brasil: Contrapontos entre Legislação e Produção Científica. **Revista da Sobama**. Marília/SP, v. 19, n. 2, p.171-184, 2018. Disponível em: <[file:///C:/Users/Usuario/Downloads/labeditorial,+8739-Texto+do+artigo-28185-2-10-20190911%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Usuario/Downloads/labeditorial,+8739-Texto+do+artigo-28185-2-10-20190911%20(1).pdf)>. Acesso em: 12 jan. 2024.

NASCIMENTO, M.A.G.; SILVA, C.N.M. Rodas de conversa e oficinas temáticas: experiências metodológicas de ensino-aprendizagem em geografia. *In: Encontro*

Nacional de Prática de Ensino em Geografia. v.10, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/publication/281526063>>. Acesso em: 07 de mai. 2024.

NOVAIS, Gercina Santana. **Participação excludente na escola pública**: Um estudo das representações de educadoras sobre aluno(a), escola e prática pedagógica. 2005. Tese. 239 f. Universidade de São Paulo, USP, Brasil, 2005.

NOVAIS, Gercina Santana; NOVAIS, Eliane Santana. **As Rodas de Conversa**. Uberlândia, 6 f. Mimeo, 2009.

NOVAIS, Gercina Santana. Ensino e Pesquisa na Educação Básica? *In*: DUARTE, André Luís Bertelli; CAMARGO, Clarice Carolina Ortiz. **Educação Básica**: ensino-pesquisa-políticas públicas. Curitiba: CRV, 2019. p.13-24.

NOVAIS, G. S.; NUNES, S. do C. Política pública para a construção da escola popular: a rede pública municipal pelo direito de ensinar e de aprender. **Revista de Educação Popular**, Uberlândia, v. 17, n. 3, p.72–87, 2019. DOI: 10.14393/REP-2018-43317. Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/43317>>. Acesso em: 6 mai. 2024.

MINAS GERAIS, 2022. **Cartilha Projeto Trilhas de Futuro Educadores**. Disponível: <<https://trilhaseducadores.mg.gov.br/>>. Acesso em: 06 mai. 2024.

RECEPE – Rede Cooperativa de Ensino, Pesquisa e Extensão em Escolas de Educação Básica. Programa de Mestrado Profissional em Educação Formação Docente para A Educação Básica – UNIUBE, 2022. Disponível em: <<https://www.projetoedecooperativa.com/>>. Acesso em: 08 abr. 2024.

WALTER, Lizete Wasem. **Educação física, esporte e inclusão**: perspectiva dos professores de escolas públicas do Brasil. 2020. 1 recurso online (68 p.) Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física, Campinas, SP. Disponível em: <<https://hdl.handle.net/20.500.12733/1639930>>. Acesso em: 17 ago. 2023.